



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA  
DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No trigésimo dia do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Fernando Carneiro. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. O vereador Mauro Freitas assumiu então a presidência da Mesa e o vereador Fernando Carneiro subiu à tribuna. Este discorreu sobre a falta de quórum que impediu a votação do projeto de lei que criminaliza o assédio moral a funcionários públicos municipais em Belém, de autoria do ex-vereador Paulinho Fontelles. Lamentou que não tivesse havido quórum para a votação deste importante projeto na última quarta-feira (havia apenas cinco vereadores presentes), embora, cinco minutos antes, houvesse trinta vereadores em plenário, sendo então aprovado o projeto da PMB que autorizou a viagem do prefeito Zenaldo Coutinho à Polônia para participar do XII Encontro Anual das Cidades Criativas da UNESCO. Considerou que isto foi uma manobra deliberada para impedir a votação do projeto de Paulinho Fontelles. Criticou a atitude dos vereadores que formam a base do prefeito Zenaldo Coutinho nesta Casa. Opinou que se estes não concordam com o projeto, deveriam votar contra sua aprovação. Denunciou que muitos parlamentares cometem reiteradas vezes o crime de assédio contra funcionários deste Poder. Lembrou que já existem leis em nível nacional e em diversos municípios criminalizando a prática de assédio moral contra funcionários públicos. Ironizou dizendo que esta Casa é prene em aprovar projetos que concedem honrarias, criam datas comemorativas e afins, mas não tem o mesmo desempenho quanto a projetos realmente importantes para a população. Disse ter acreditado que seria possível votá-lo, pois, instantes antes, aprovara-se a viagem do prefeito. Referiu que o projeto fora posto em pauta após uma reunião do Colégio de Líderes e contava com três pareceres favoráveis das comissões desta Casa. Responsabilizou a base de apoio ao prefeito por essa manobra de esvaziamento do plenário. Contou ter solicitado as cópias das folhas de votação do projeto que autorizou a viagem do prefeito Zenaldo Coutinho e do projeto relativo à criminalização do assédio moral e não as obteve, tendo sido informado que esta fora uma determinação do presidente Mauro Freitas. Lembrou que não há votações secretas na CMB e todo vereador, na verdade todo cidadão, tem direito a essas informações. Confessou nunca ter imaginado que ficaria com saudade da gestão do ex-vereador Orlando Reis como presidente da CMB, mas reconheceu que este, apesar de todas as divergências políticas que com ele tinha, era muito mais qualificado no desempenho desta função do que o atual mandatário. Comentou que este parece responsabilizar a oposição pela falta de quórum. Lembrou, entretanto, que Mauro Freitas foi eleito presidente desta Casa com trinta e dois votos – somente a bancada do PSOL se absteve nesta votação. Afirmou que a responsabilidade pelo quórum nas sessões legislativas é prioritariamente da base de apoio ao prefeito Zenaldo Coutinho que conta com trinta vereadores. Deixou seu repúdio à inviabilização da votação do projeto de Paulinho Fontelles ocorrida na última quarta-feira destacando que já havia um acordo no Colégio de Líderes para que fosse votado. Informou que, ora em diante, obstruirá as votações se puder fazê-lo. Lamentou que a não votação do referido projeto prejudique os servidores municipais, que muitas vezes são vítimas do autoritarismo, intransigência e arrogância no desempenho de suas funções. Informou que retirou o projeto de pauta e já o reapresentou, denominando-o Lei Paulinho Fontelles - em homenagem a este ex-membro da Casa, um defensor dos direitos humanos, um defensor da liberdade. Disse que voltará a colocá-lo em pauta e alertou os demais parlamentares para que, se forem contra, votem contra, tenham a coragem de fazê-lo assumindo suas posturas, pois manobras como a que ocorreu na última quarta-feira mostram que não honram os votos que receberam. Lembrou ser comum, durante as votações de projetos, que sejam votados em bloco os artigos que não tenham emendas e solicitou que isto fosse feito na última quarta-feira. Entretanto, o vereador Moa Moraes foi contra. Externou que adotará a mesma atitude de agora em diante, posicionar-se-á contrariamente à votação em bloco de artigos de projetos, mesmo que estes não contenham emendas. Neste ínterim, assumira a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama. O vereador Mauro Freitas usou então da palavra e opinou que o turismo é uma das áreas mais promissoras para geração de emprego e renda na

cidade de Belém. Destacou que nossa capital não possui grande produção industrial, dependendo grandemente do setor de serviços. Assim sendo, o turismo é uma forma eficiente de promover o crescimento econômico do Município. Recordou que, há quase dois anos, esteve em Brasília participando de um encontro de seu partido, o PSDC, e aproveitou para visitar a superintendência nacional da empresa de telefonia Claro. Explicou que esta empresa ganhou a licitação para expansão do sinal de telefonia em nossa região e nesta visita informou-se sobre os diretores da empresa no Pará. Procurou estas pessoas para que fosse implantado o sinal de telefonia celular nas ilhas de Belém. Considerou que os arquipélagos que cercam a cidade são fundamentais para a expansão do turismo em Belém. Comunicou que agora as antenas de telefonia já foram instaladas e, em no máximo quinze dias, o sinal da Claro estará ativo na Ilha de Cotijuba. Isto permitirá não somente a utilização de celulares na região das ilhas, mas também o uso de cartões de crédito em estabelecimentos comerciais e de serviços. Os alunos poderão também usar seus cartões de meia passagem nos barcos que fazem o transporte até Cotijuba. Agradeceu à empresa Claro pelo trabalho desenvolvido e convidou os demais vereadores a participar da inauguração do sinal em Cotijuba. Em aparte, pronunciou-se o vereador Moa Moraes. Igor Andrade admirou-se do vereador Fernando Carneiro subir à tribuna e criticar os vereadores da base de apoio ao prefeito por não darem quórum na sessão da última quarta-feira. Recordou que, por várias vezes, testemunhou os vereadores da bancada do PSOL não registrarem suas presenças no painel eletrônico, mesmo estando sentados, ocupando suas cadeiras no plenário. Entretanto, não divulgam isso em suas redes sociais. Faziam-no como forma de manobra e agora reclamam da falta de quórum por se tratar da votação de um projeto que lhes interessa. Lembrou que nesta Casa cada um é dono de seu nariz e defende seus próprios interesses. Acusou o vereador Zeca Pirão de tentar fazer média, aproveitando-se do grande número de taxistas presentes na galeria na última segunda-feira, ao subir à tribuna e dizer que, enquanto falava, os demais parlamentares ficavam olhando o celular ou lendo jornal. Disse que não é obrigado a ficar olhando para os vereadores que vem à tribuna, pois tem dois ouvidos para escutar o que está sendo dito. Quanto ao projeto que estava em pauta na última quarta-feira que criminaliza o assédio moral no âmbito da administração pública municipal, afirmou ser necessário muito cuidado para avaliar se há realmente assédio em cada situação. Exemplificou relatando um caso de sua experiência pessoal que ocorreu quando era diretor da Unidade de Saúde do Curió, cargo que exerceu durante quatro anos. Uma servidora daquela unidade entrou com três processos contra sua pessoa acusando-o de perseguição, abuso de autoridade e constrangimento. Expressou não ter vergonha de informar porque ela fez isso. Explicou que a referida funcionária era do sindicato e trabalhava por plantão, de 19 horas até as 07 horas da manhã do dia seguinte. Outros servidores denunciaram-na relatando que ela chegava para trabalhar às 20 horas e saía às 22 horas. Informou que morava próximo àquela unidade de saúde, então ia até lá às 21 horas e fazia o registro dos funcionários presentes no livro de ocorrências. Retornava depois à meia-noite e, verificando os servidores ausentes, registrava no livro os casos de abandono de plantão. A servidora em questão então juntou tudo isso e denunciou-o por perseguição. Questionou então se este caso configuraria assédio moral ao servidor, uma vez que estava exercendo sua função. Observou que a responsabilidade seria sua se o usuário chegasse buscando de atendimento e a equipe de plantonistas não estivesse completa. Relatou que chegou a flagrar motoristas de ambulância levando médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem que estavam voltando para suas casas às onze horas da noite. Mandou então todos voltarem, pois o trabalho destes só se encerraria às sete horas da manhã. Asseverou que isto não é assédio moral porque estava no exercício de sua atividade, defendendo o interesse da população. Entretanto, a referida servidora, vinculada ao SINDSAUDE, o processou, mas não ganhou nenhuma das ações porque não tinha razão. Relatou depois o caso de uma médica que entrou com um atestado alegando estar em crise de labirintite, impossibilitada por três dias de trabalhar. Isto ocorreu em uma sexta-feira. Entretanto, no sábado de manhã, encontrou-a fazendo compras em um grande supermercado. Por isso, continuou, é necessário avaliar muito bem cada caso de denúncia de assédio moral, pois há excelentes funcionários públicos, mas também há péssimos profissionais que, quando são instados a cumprir suas obrigações, dizem que estão sendo assediados moralmente. Toré Lima assumiu posteriormente a presidência da Mesa. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pelo bloco PSD – PTC, Sargento Silvano referiu ter denunciado o vereador Dr. Chiquinho, na última segunda-feira, por este ter três vínculos empregatícios no serviço público, inclusive no mesmo horário de expediente. Foi alegado na ocasião pelo próprio Dr. Chiquinho e por outros vereadores que não havia comprovação desta denúncia. Entrou então com ofício nesta Casa pedindo explicações. A CMB solicitou informações aos órgãos competentes: Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA e Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC. Leu então comunicação enviada pela Secretaria de Estado de Administração – SEAD informando que o referido vereador possui realmente três vínculos: professor na SEDUC (com vínculo efetivo, nomeado em 14/04/1982), atualmente com carga de duzentas horas mensais, coincidindo seu turno de trabalho com o horário das sessões legislativas desta Casa, segundo informações da Secretaria de Educação; médico na SESPA - contratado em 01/03/2004 e distratado em 03/06/2004, nomeado posteriormente em 30/11/2005 e exonerado em dezembro de 2017. Ressaltou que não é ilegal que tenha mais de

um cargo público, o que não pode haver é a coincidência de horários. Pela liderança do bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade, Fabrício Gama comentou que o vereador Dr. Chiquinho, em seus pronunciamentos, agride os demais parlamentares desta Casa como se fosse um exemplo de virtude. Reconheceu que este pode realmente exercer dois cargos públicos, mas não pode haver coincidência de horários, o que ocorre no caso do exercício da vereança e do cargo na SEDUC. Nesta secretaria seu expediente vai de oito às dezesseis horas e na CMB, como parlamentar, deve estar de nove às onze horas e quarenta e cinco minutos. Questionou então de que modo poderia fazê-lo. Concluiu que o vereador Dr. Chiquinho deve se defender e não acusar os demais parlamentares. Entretanto, sobe à tribuna e pronuncia-se raivosamente, como se fosse uma pessoa íntegra. Informou que este parlamentar possui uma clínica, de dois andares, em uma área de invasão às margens da Avenida Augusto Montenegro. Lá, cobra pelas consultas, não se tratando de um trabalho humanitário. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Fabrício Gama, falando agora pela liderança do Governo, disse ficar abismado porque o vereador Dr. Chiquinho, ao invés de se defender, ainda acusou os demais parlamentares, criticando esta legislatura por falta de produtividade. Considerou inadmissível este comportamento. Afirmou que Dr. Chiquinho foi um dos organizadores da referida invasão às margens da Avenida Augusto Montenegro e apropriou-se de um dos melhores terrenos, na parte da frente, montando ali sua clínica. Está agora tentando legalizar esta posse. Em aparte, pronunciou-se o vereador Gustavo Sefer. Pelo bloco PSB – PSDB – PTB, Igor Andrade referiu que ainda estão ocorrendo sérios problemas de alagamento nos bairros do Marco, Canudos e Terra Firme. Informou ter estado nesta manhã, bem cedo, na Feira da Terra Firme e conversado com alguns moradores e feirantes da localidade. Lamentou que as intensas chuvas não tivessem permitido ações paliativas da Prefeitura para minimizar os problemas decorrentes, principalmente em relação ao trânsito. Informou também ter estado no dia anterior no bairro do Marco e entristeceu-se com a situação. Comentou que infelizmente a obra de macrodrenagem do Tucunduba, devido à escassez de recursos públicos, não avançará ainda até a baixada do Marco. No bairro do Curió-Utinga, informou, já está ocorrendo a macrodrenagem, realizada pelo governo estadual, sendo que brevemente será solucionado o problema de alagamento na Avenida João Paulo II. Clamou então por celeridade nas obras de macrodrenagem do Tucunduba para acabar com o sofrimento da população dos demais bairros – da baixada do Marco até a Terra Firme, da Avenida Celso Malcher até a Travessa Vileta. Disse esperar que o mais rapidamente possível o governador Simão Jatene realize mais esta etapa do trabalho e assim a Prefeitura possa intervir para melhorar a vida dessas pessoas. Ressaltou que o problema não se resume ao alagamento, mas envolve também o transporte, a segurança e a saúde daqueles que são afetados. Em aparte, pronunciou-se o vereador Toré Lima, tendo assumido a presidência da Mesa, neste íterim, o vereador Fabrício Gama. Pela bancada do PSOL, Fernando Carneiro disse que ficou esperando para saber por que não lhe foram fornecidas as cópias da votação referente à autorização para a viagem do prefeito e da votação seguinte, em que não houve quórum, relativa ao projeto do ex-vereador Paulinho Fontelles. Pontuou que isto ocorreu por determinação do presidente da Mesa Diretora da CMB, vereador Mauro Freitas. Ressaltou que ter acesso a esta informação é um direito seu como vereador e, na verdade, é um direito de todo cidadão. Fez então um requerimento verbal à assessoria da Mesa solicitando que, ora em diante, lhe sejam fornecidas cópias de todas as votações feitas na Casa. Ironizou depois a afirmação do vereador Mauro Freitas de que os parlamentares do PSOL roubam projetos de outros vereadores. Lembrou que o projeto de lei que liberou a venda de cerveja nos estádios durante os jogos de futebol foi elaborado pelo ex-vereador Pio Netto e pela vereadora Marinor Brito. Entretanto, em uma manobra, este projeto foi rejeitado em plenário e depois reapresentado pelo vereador Mauro Freitas, sendo então aprovado. Explicou que retirou o projeto de lei referente à criminalização do assédio aos servidores públicos municipais por ter percebido que a base de apoio ao prefeito fora orientada a não aprová-lo. Recordou que quinze vereadores desta base deixaram o plenário em cinco minutos, tornando óbvio que se tratava de uma ação orquestrada. Expressou que trouxe o projeto para a pauta reconhecendo a autoria do ex-vereador Paulinho Fontelles. Informou ter sido procurado por inúmeros servidores, no início de seu mandato, solicitando que elaborasse um projeto de lei criminalizando o assédio moral aos funcionários públicos municipais. Inteirou-os então de que já havia um projeto assim nesta Casa e que iria colocá-lo em pauta. Este projeto, fez notar, é de 2005, mas na primeira oportunidade para sua aprovação, rapidamente, subitamente, quinze vereadores saem do plenário. Percebeu então que, a despeito do acordo que havia sido feito no Colégio de Líderes, havia uma orientação para não aprová-lo, por isso o retirou da pauta para reapresentá-lo posteriormente. Confessou ter sido ingênuo ao achar que este poderia ser aprovado. Em aparte, manifestou-se a vereadora Marinor Brito. Assumiu depois a presidência da Mesa o vereador Dr. Elenilson. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro afirmou que o PSOL é favorável à plena verificação das denúncias envolvendo o vereador Dr. Chiquinho. Recordou que, durante a gestão do ex-prefeito Edmilson Rodrigues, em nenhum momento posicionaram-se contrariamente à apuração de denúncias contra o gestor municipal. Pelo contrário, votaram favoravelmente a um requerimento do então presidente da Casa para que tais investigações fossem feitas. Asseverou ter confiança no caráter ilibado do vereador Dr. Chiquinho e que são favoráveis à apuração de quaisquer

denúncias: não farão nenhuma manobra para impedir esta investigação. Reiterou que a responsabilidade pelo quórum nesta Casa é principalmente da base governista, que é composta por trinta vereadores, não sendo razoável culpar três vereadores da oposição pela falta de quórum nas sessões. Reassumiu neste íterim a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Encerrado o Horário de Liderança, fez-se a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura do requerimento da vereadora Simone Kahwage solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no Portal de Notícias Diário Online, no dia 18/05/2018, com o título “Morte de jovem em Icoaraci acende debate sobre *bullying*”. Fizeram o encaminhamento os vereadores Simone Kahwage, Dr. Elenilson, Fabrício Gama, Marinor Brito e Fernando Carneiro (com aparte da vereadora Simone Kahwage). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Sargento Silvano solicitando a realização de uma sessão especial para debater sobre a utilização de um equipamento emissor de cupom fiscal integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo das bombas de abastecimento nos postos de gasolina. Fizeram o encaminhamento os vereadores Sargento Silvano e Marinor Brito, ficando o requerimento em votação. Findo o período regimental da Primeira Parte, fez-se nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a leitura e votação do artigo 1º do projeto que “Acrescenta o inciso VII à Lei Municipal nº 7055/77 – Código de Posturas do Município de Belém contra o causador de pichações em postes, árvores, abrigos de paradas de coletivos, placas de sinalização ou qualquer lugar de uso público no Município de Belém”. Posto em votação, o artigo 1º foi aprovado com dezoito votos favoráveis e uma abstenção. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro, Marinor Brito e Sargento Silvano. Foi feita então a leitura do artigo 2º. Posto este em votação, não houve quórum, e o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às onze horas e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores: Altair Brandão, Blenda Quaresma, Celsinho Sabino, Émerson Sampaio, Joaquim Campos, Paulo Bengtson e Víctor Dias. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa e Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Fabrício Gama, Marciel Manão e Biéco, pelo bloco PMN – PEN – Solidariedade – PR; Lulu das Comunidades, Gustavo Sefer e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Igor Normando e John Wayne, pelo bloco PMDB – PHS; Igor Andrade e Moa Moraes, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Delegado Nilton Neves e Adriano Coelho, pelo bloco PDT – PSL; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Fernando Carneiro e Marinor Brito, pelo PSOL; França, Simone Kahwage e Toré Lima, pelo PRB. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 30 de maio de 2018.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário